



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Educação e política social.

**GOLPEANDO A EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMPACTOS DO GOVERNO
ILEGÍTIMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Simone Eliza do Carmo Lessa¹
Rafaella Peres Ennes de Souza²
Thamires Pereira dos Santos³

Resumo: Este artigo busca trazer reflexões sobre a educação pública e sua fragilização no atual governo Temer, no contexto do golpe. Medidas contrarreformistas como a Reforma do Ensino Médio, o corte de verbas para a educação superior, o crescimento do movimento escola sem partido e a emenda constitucional 241, são pontos principais para compreender o desmonte da educação e sua articulação com os ataques à assistência social e à saúde públicas.

Palavras-chave: Golpe; Educação; Direitos.

**STRIKING PUBLIC EDUCATION: IMPACTS OF ILLEGITIMATE
GOVERNMENT ON BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY**

Abstract: This article's objective is to reflect on Brazil's public education system and its fragilization during the ongoing management from Michel Temer, regarding the coup. Countermeasures such as reforming the National High Schools' curriculum, cutting funding for higher education, the 241st constitutional amendment and the rise of the "escola sem partido" movement are the principal occurrences that allow for comprehending the dismantling public education's suffering, along with public health and social working.

Keywords: Coup; Education; Rights.

Introdução

Nesta reflexão queremos tratar dos impactos do governo ilegítimo sobre a educação, política social contraditória, tensionada, essencial e, como não poderia deixar de ser, recortada por interesses dos trabalhadores e da burguesia. Partimos da premissa de que os processos educacionais e a política que os estrutura estão imersos nos movimentos da sociedade contemporânea: crise mundial do capitalismo e seus reflexos nas condições de trabalho, necessidades da formação da mão de obra para este quadro, geopolítica internacional, ampliação da visibilidade e revitalização de concepções

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil (FSS/UERJ/NEEA E). E-mail: <elizasimone@gmail.com>.

² Bolsista do Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil, da Faculdade de Serviço Social da UERJ (FSS/UERJ/NEEA E). E-mail: <rafaellaennes@gmail.com>.

³ Bolsista do Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil, da Faculdade de Serviço Social da UERJ (FSS/UERJ/NEEA E). E-mail: <thamires.pereira.santos1993@gmail.com>.

conservadoras, organização dos movimentos sociais, são elementos que compõem o quadro onde estão inseridos os processos educacionais.

Pensar a educação significa, portanto, conhecer e considerar as influências da realidade complexa em que esta se desenvolve no presente momento no Brasil – em meio a um golpe jurídico-parlamentar que recebe o suporte da grande mídia – e seus impactos no redimensionamento da educação, aprofundando seu aligeiramento, fragilização, controle do trabalho docente, ataque aos salários e aposentadorias dos profissionais da área e dos seus espaços formativos, aumento das dificuldades de acesso e permanência.

Vale ressaltar que não desconsideramos que o governo anterior caminhava também no sentido do conservadorismo, quer seja no contingenciamento de recursos para pagamento da dívida pública, quer seja na criminalização dos movimentos sociais de resistência ou ainda pela gestão privatizante de políticas sociais. No entanto, a violência, a rapidez absurda dos retrocessos e a intensa aglutinação dos representantes do capital em torno desse processo, tem sobressaltado a classe trabalhadora por seu ataque a direitos básicos, inclusive no campo da educação. Neste momento, entendemos ser essencial a análise dos impactos do golpe nas políticas sociais – na educação, no presente debate – não somente como compreensão da realidade, mas como fundamentação para as lutas cotidianas.

I. Desenvolvimento: A educação brasileira como política recente, marcada pela incompletude

A política de educação brasileira e sua materialização na instituição escola são experiências que se desenvolvem mais amplamente no século XX. A experiência hoje construída é marcada pela longa escravidão, pelo desprezo à formação da classe trabalhadora, pelo elitismo, pelo personalismo, pela focalização, pelo subfinanciamento, pela diversidade de gestão e por ser bastante nova e incompleta. Nossa longa condição de Colônia, de Império e inserção periférica no capitalismo internacional influenciam este processo.

Não nos ateremos a analisar o projeto educacional catequizador colonial e, posteriormente, as reformas pombalinas. Tão pouco, nos ateremos às mudanças introduzidas pela chegada da família real no início do século XIX. Importa-nos ressaltar, somente, que prover educação pública aos brasileiros não fazia parte do projeto colonizador-imperialista de controle das áreas dominadas pelos países centrais

(inicialmente, Portugal e Espanha, posteriormente, Inglaterra), porque nossa mão de obra era escrava, estando submetida ao trabalho compulsório, sem pagamento. O ensino estava destinado somente às elites brancas.

Interessa-nos neste brevíssimo retrospecto, o século XX, quando passaremos a ter as protoformas de um projeto industrializador. Nos primeiros anos da República o projeto formador estava ainda bastante identificado com a mentalidade aristocrática e rural (ROMANELLI, 2001). O padrão era o de uma escolarização primária, urbana, focal, para os brancos incorporados ao mercado de trabalho formal. No entanto, a complexificação das relações econômicas e sociais brasileiras nas duas primeiras décadas do século XX – impactos do fim da escravidão, da crise da economia agro-exportadora, da chegada de força de trabalho européia, mudanças econômicas decorrentes da primeira grande guerra, ascensão do movimento anarquista, revolução russa, crescimento da urbanização – tiveram impactos econômicos, sociais, culturais e trouxeram à tona o debate sobre o direito à educação. Não por acaso, em um período em que educadores como Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima, por exemplo, divulgam ideias da chamada “escola nova”, tratando da ampliação do acesso à educação e culminado em 1932 no Manifesto dos Pioneiros da Educação¹.

A modernização que concilia interesses da economia agrária e industrializadora e o controle do movimento sindical implementado por Vargas, trará mais destaque ao tema educação. A criação do Ministério da Educação e da Saúde, ainda em 1930, é expressão deste processo. O caldo de cultura em torno da importância da educação e da escolarização já estava sendo “engrossado”, seja pelo liberal movimento escolanovista, desde os anos 1920, seja pelo movimento anarquista, seja através de Vargas com sua preocupação com a “harmonização” de conflitos por vias diversas, inclusive através da educação (ROMANELLI, 2001). A classe trabalhadora começa a acessar este direito fundamental, ainda que lenta e timidamente, destacando-o entre suas bandeiras de luta.

Cunha (2000) nos chamará atenção para o fato de que o Brasil desenvolverá seu processo de industrialização periférica, sem a efetiva ampliação da escolarização. Em outras palavras, os centros urbanos cresceram, as camadas médias foram alcançando acesso à escolarização de seus filhos, mas o número de vagas nas escolas públicas

¹ O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi assinado por 28 intelectuais brasileiros. Defendiam organização de um projeto de educação nacional, laico, científico e gratuito, de claro perfil liberal e renovador dos modelos pedagógicos.

aumentava de modo insuficiente ao longo dos anos 1940-1950 e 1960. Portanto, a escolarização não acompanhou a industrialização, visto que o apredizado para o trabalho fabril ocorria em serviço.

A ditadura civil-militar marcou de forma destrutiva a ideia de ampliação do acesso à educação, que se expandia no final dos anos 1950, através do movimento de Reforma de Base. Ações no campo da alfabetização de adultos, inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, como por exemplo “de pé no chão também se aprende a ler” foram reprimidas e substituídas pelo insosso Mobral. A escola pública que crescia timidamente sofreu poderoso baque. A repressão política, os investimentos insuficientes (SAVIANI, 2008), a degradação salarial de professores e dos equipamentos educacionais foram marcas deste processo.

Nos anos 1980 - em um contexto de redemocratização e manifestações pela ampliação de direitos - e, sob outro prisma - de pressões de organismos multilaterais de financiamento pelo combate ao analfabetismo e pela qualificação da mão-de-obra - o acesso à escola ganha visibilidade como demanda da sociedade brasileira. A ampliação do acesso ao cotidiano escolar (desvinculado da qualidade da mesma) ficará no foco da política educacional, de forma nunca experimentada antes. Com a ampliação dos níveis educacionais ocorridos após os anos 1980 (SHIROMA et al. 2000) graças à ampliação do acesso à escola, a existência de um exército de trabalhadores reserva, instruído no nível básico, diminui o custo da mão de obra, como esperavam os organismos multilaterais de financiamento. Trata-se a de uma ampliação frágil e aligeirada dos níveis educacionais da população brasileira, visto que esta é uma demanda do capitalismo monopolizado: mão-de-obra mais escolarizada e educada, apta à flexibilidade, individualismo e competitividade exigidos pelo mercado. Algebaile (2009), nesta perspectiva, destacará que esta ampliação do acesso, desacompanhada do provimento de condições para valorização da escola como instituição pública formadora e do trabalho docente, como elemento fundamental do processo educacional, pode ser chamada de uma *ampliação para menos*, estando muito mais adequada aos interesses do capital, sem perder de vista, contraditoriamente, impactos positivos quanto à ampliação dos níveis de escolarização para a classe trabalhadora.

Postas estas reflexões, é possíveis afirmar que nosso modelo de educação contemporânea busca-se formar uma mão-de-obra treinável e adaptável às mais diversas (e, por vezes) precárias condições da produção e do trabalho, produzindo em um contexto

de precariedades, uma educação empobrecida para os pobres. Como expressão deste processo temos 51% de brasileiros de 25 anos ou mais, com somente o Ensino Fundamental. Para completar esse quadro dramático, ainda temos 11,8 milhões de analfabetos (PNAD, 2016)

Certamente, existem tensões e disputas em torno deste processo de formação visto que a educação pública e de qualidade é bandeira de luta de diversos movimentos sociais de esquerda, dentre os quais destacamos sindicatos como o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), além de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, a hegemonia de uma educação produtivista, aligeirada e empobrecida, oferecida aos filhos da classe trabalhadora, nos parece inegável.

Além disso, lembramos que o sistema educacional brasileiro, em suas três esferas públicas, tem produzido historicamente, instituições formativas de perfil heterogêneo em termos de sua infraestrutura, autonomia administrativa e qualidade. Esse fenômeno está relacionado às distintas formas de constituição e organização dos entes federativos nas redes estadual, municipal e federal, gerando escolas de perfis diferenciados. Além disso, está relacionado a uma sociedade extremamente desigual e classista, na qual os mais pobres costumam acessar em suas precárias regiões de moradia, serviços públicos de mesmo tipo. Em outras palavras, de modo geral, quanto mais precarizada é a vida, o trabalho, a moradia, a habitação, também prezarizada será a escola acessada. Portanto, não há uma única escola pública, ainda que o modelo de formação degradado atual seja hegemônico e expresso em dados como as baixas taxas de conclusão, em todos os níveis educacionais (PNAD, 2016).

1.2 O golpe e seus impactos na incompleta política educacional brasileira

Iniciamos a presente seção afirmando que não se pode entender o golpe de 2016 e suas consequências para a educação, sem antes pensar na estrutura e superestrutura da sociedade brasileira. Lembrando Marx e Engels (1989) a estrutura representa a base material, os bens que permitem a produção. Já a superestrutura está diretamente associada ao campo das ideias, à cultura e à organização política, espaços onde se situa a educação. A forma como trabalhamos e vivemos nos produz socialmente. Deste modo,

superestrutura e estrutura não podem ser compreendidas separadamente, são intrínsecas entre si.

O golpe se materializa nestes dois níveis dialeticamente relacionados: na base material, através da concentração de bens e riquezas - pela via da privatização e da ampliação da exploração da força de trabalho - e no campo das ideias, através da difusão de concepções acríticas e irracionais da realidade, bem como nas mudanças conservadoras na base legal, o que se reflete na política educacional. Assim como trabalham e produzem a base material (em condições cada vez mais precárias e mal pagas, diante de uma riqueza concentradíssima), são produzidas as ideias, os códigos, a cultura (em momento de ampla exposição e difusão do conservadorismo, de tentativa de naturalização da regressão de direitos).

A partir destas definições é possível fazer uma análise crítica das mudanças em curso na educação brasileira, a começar pela Reforma do Ensino Médio. De acordo com o MEC a referida reforma se concretiza através de um novo currículo, que objetiva assegurar a flexibilidade da grade, permitindo que o estudante tenha autonomia sobre a escolha dos conteúdos que pretende estudar (BRASIL, 2017). Neste formato, apenas matemática, língua portuguesa e inglês serão obrigatórias. Os demais conteúdos serão convertidos em áreas eletivas, sobre as quais o estudante poderá escolher o caminho a ser trilhado. Com isso, as 13 disciplinas consideradas principais na organização anterior (português, matemática, história, geografia, química, física, biologia, sociologia, literatura, educação física, redação, artes e língua estrangeira) se agrupam nos 05 conjuntos opcionais.

O enxugamento curricular previsto na Reforma do Ensino Médio pode ser explicado pelo conceito de “terminalidade real”, abordado por Saviani e Duarte (2012, p. 54). Tal conceito é explicado pela flexibilidade na educação escolar que tende a reduzir, cada vez mais, o tempo e a qualidade da formação. Sobre a terminalidade real (conceito que muito nos remete aos limites impostos pela Reforma) os referidos autores descrevem

Em relação a essa diferenciação entre terminalidade *ideal* e terminalidade *real*, se diz comumente o seguinte: todo o conteúdo de aprendizagem do 1º grau será dado em oito anos; eis o legal, ou seja, o ideal. Mas, naqueles lugares em que não há condições de se ter escola de oito anos, então que se organize esse conteúdo para seis anos, em outros para quatro ou para dois, e assim por diante; e, numa mesma região, a escola que não tem condição de dar oito, que dê seis, e assim por diante; e, numa mesma classe, para aqueles alunos que não têm condições de chegar lá no oitavo, você dá uma formação geral em quatro anos, que é quase o que eles vão ter mesmo; em seguida, sondagem de aptidão, e se

encaminha para o mercado de trabalho (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 54, grifo nosso).

Queremos, com isso, demonstrar que a organização do conteúdo do novo currículo reduz tanto o tempo de estudo - já que, os discentes passam a ter uma base programática mais enxuta – quanto a qualidade dos serviços prestados, na medida em que a formação escolar se torna ainda mais técnica, aligeirada, assumindo um caráter explicitamente acrítico, conservador e, por consequência, reprodutor das relações sociais. Aqui cabe mais uma crítica ao que está proposto na reforma: a (fictícia) ampliação da carga horária. Acreditamos que não ocorre a melhoria do ensino, somente com ampliação da carga horária. Neste sentido, devemos esclarecer que não acreditamos na viabilidade da escola de horário integral no presente momento, diante da precarização da escola e do trabalho docente.

A crítica sugerida, porém, não se opõe à necessidade de implementação da educação em tempo integral, mas para além disso, sugere um modelo de educação qualificado democrático, crítico, que favoreça a liberdade e o respeito dos sujeitos sociais, com professores bem remunerados, em permanente aprendizagem, trabalhando em equipamentos adequados, com jovens que recebem apoio para acesso e permanência na escola. Entendemos, portanto, que a flexibilização curricular do Ensino Médio representa uma estratégia política perversa que se posiciona a favor dos interesses da hegemonia social burguesa, dificultando a caminhada de aprendizado escolar da juventude pobre.

Os impactos deste quadro de precarização do Ensino Médio serão sentidos no acesso dos jovens oriundos da escola pública à Educação Superior, em especial nas instituições também públicas. As experiências de acesso e permanência na Educação Superior - as cotas datadas do início do século XX no Brasil¹ e a política de assistência estudantil que se expande significativamente depois de 2007 – se voltam para uma população empobrecida,² em parte significativa, oriunda da escola pública. A

¹ Trata-se da experiência das cotas, ação recente no Brasil, inspirada nos processos de redemocratização da sociedade brasileira, em projetos realizados nos EUA, em países da Europa Oriental e em Cuba, buscando ampliação de oportunidades educacionais, de trabalho, participação política e progressão na carreira para grupos historicamente segregados ou marginalizados por suas condições particulares (etnia, sexo, idade, pobreza, por exemplo) (MOEHLECK, 2004).

² Para que não parem dúvidas sobre a importância da associação das cotas à assistência estudantil, ressaltamos recente pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que em análise de 2014, publicada em 2016, revela o perfil dos estudantes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Este estudo aponta que as universidades federais possuem 47,5% de alunos autodeclarados negros, o que significa um triplicar deste grupo, desde pesquisas de mesmo tipo realizadas nos anos 1990. Sobre o aspecto renda, foi verificado que 66,1% dos estudantes

precarização do Ensino Médio dificultará este acesso, valorizando o mercado privado de cursos preparatórios ao vestibular.

Na esteira deste processo ocorre a redução orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O repasse de verbas anunciado pelo governo ilegítimo para cobrir despesas relacionadas à assistência estudantil contará com 350 milhões de reais a menos dos recursos em relação ao ano de 2016 (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 2017). Acreditamos, frente ao quadro brevemente traçado, que as classes subalternas vivenciarão mais desafios no que se refere ao acesso e permanência nas universidades públicas de qualidade.

Ainda falando da qualidade da educação proposta pelo governo golpista, lembramos da recém aprovada BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Aprovada em cerca de nove meses, sem debates para além das redes sociais e sem consulta aos movimentos organizados em defesa da educação pública, a base insiste em uma visão fragmentada do conhecimento, desqualifica saberes regionais, exclui o debate sobre gênero e destaca a visão religiosa cristã nos currículos. Além disso, em um país com tantos analfabetos, a BNCC antecipa a idade máxima para conclusão do processo alfabetizador, desconsiderando necessidades específicas. Os resultados desta regressão serão sentidos na materialização de um aprendizado fragmentado e obscurantista.

Outro elemento que integra esse ciclo de regressões diz respeito ao movimento Escola Sem Partido, que prega um modelo de escola assentado sobre uma mentirosa neutralidade formativa, que nega a importância do aprendizado sobre a diversidade sexual e étnica, sobre os direitos dos negros e mulheres, sobre a liberdade religiosa, sem prejuízo do conceito de Estado laico.

Esse quadro de censura, cassação de ideias críticas e valorização de discursos de ódio e intransigência, certamente impactará no perfil humanista e humanizador que a educação deve ter, se refletindo na concepção de mundo e na auto percepção do estudante como sujeito de direitos, capaz de transformar a realidade, que compreende e respeita a diversidade humana e a vida em coletividade. Neste sentido, o que está se desenhando é um modelo de formação de juventudes que podem ser educadas para o ódio aos mais pobres e para desrespeitar as diferenças.

federais possuem *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos, nacionalmente. No entanto, nas regiões norte e nordeste esta mesma renda, em média, é inferior a R\$717,00.

Outro impacto negativo importante diz respeito à Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 por um congresso, em sua maioria comprometido com interesses do capital no sentido do barateamento da força de trabalho, a partir da maximização de sua exploração e do ataque aos direitos. Tal reforma é nefasta em diversos aspectos, mas nos deteremos ao chamado trabalho intermitente, considerando que o calendário escolar é bastante propício a esta modalidade por permitir que professores sejam contratados no início de um período, demitidos e recontratados ao final de outros. De fato, isso ocorreu recentemente¹ e pode se tornar uma tendência.

Dentre outras medidas que atingiram duramente a educação superior, citamos a suspensão do programa Ciência sem Fronteiras e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, além dos cortes na pós-graduação. Além disso, a emenda constitucional 241/2016 congela salários e prevê a suspensão de concursos públicos. Soma-se a tais iniciativas o bloqueio de 44% das bolsas de pesquisa CNPq. Com efeito, cerca de 90 mil bolsistas e 20 mil pesquisadores foram prejudicados, o que provocou reflexo imediato nas universidades federais do Brasil (ESTÁCIO..., 2017).

Por outro lado, complementando nossa reflexão, precisamos falar da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF), ambos duramente impactados pelo corte de recursos e pela emenda 241/2016. Entendendo o PBF como uma importante política pública capaz de responder às necessidades mais urgentes das famílias brasileiras em extrema pobreza², através da transferência de renda, vale a reflexão sobre a redução de seu financiamento. O PBF para além de ser uma política de transferência de renda³, apresenta às famílias mais pobres, como principais condicionalidades⁴, a necessidade de que as crianças e adolescentes estejam matriculadas e frequentando as escolas, além de receberem atenção em saúde no município onde habitam. Ou seja, tais condicionalidades dependem de duas políticas fundamentais – saúde e educação⁵. Logo, destacamos

¹ No final de 2017 a mídia tradicional noticiou que a Estácio demitiu 1,2 mil professores, com a intenção de recontração, sob a alegação de que seus salários eram altos. Algumas PUCs seguiram este mesmo roteiro (ESTÁCIO..., 2017).

² São famílias com renda per capita de até R\$70,00 por mês.

³ Financiada, em grande parte, por impostos oriundos do consumo o que não traz grandes impactos como redistributividade, visto que não está focado na taxaço do capital

⁴ Para alguns autores, há controvérsias quanto à necessidade das condicionalidades no PBF. Neste artigo, será dado destaque a presença das condicionalidades como forma de garantir a comunicação entre saúde, educação e renda mínima.

⁵ As condicionalidades não conseguiram impactar efetivamente na qualidade da atenção em saúde e na política educacional, por uma questão muito simples: tais políticas deveriam estar sendo revitalizadas e adequadamente financiadas, ao mesmo tempo em que a condicionalidade é praticada. Caso contrário, teremos populações não assistidas adequadamente em termos de saúde educação.

positivamente (mas não sem crítica, visto que os serviços prestados à população não foram melhorados) a associação entre as duas políticas.

Acrescenta-se a essa reflexão o seguinte: a emenda 241/2016 paralisa os investimentos públicos na assistência social, na saúde e na educação, por vinte anos. Desta forma, não está distante o prejuízo deste corte às famílias atendidas pelo PBF. Poderá haver um *déficit* para o pagamento da transferência de renda e o valor pago, já bastante irrisório, poderá diminuir ainda mais. Além disso, a política de Assistência Social será amplamente impactada, reduzindo sua capacidade de atenção às famílias em um contexto em que a pobreza e a concentração de renda tendem a aumentar.

Visto isso, percebe-se o quão prejudicial a emenda 241/2016 se torna para as famílias beneficiárias do PBF, sobretudo as crianças e adolescentes que normalmente¹ complementam as refeições na escola (quando não, apenas são alimentadas na escola). O aumento do risco de sua inserção no mercado informal de trabalho é inegável. Coroando este processo, a famosa PEC da Morte que virou emenda constitucional, ameaça a todos os brasileiros. Lutar contra esse processo será condição de sobrevivência.

Por fim, mas não menos importante, na base da formação, precisamos falar sobre as creches. Sua ausência compromete todo o processo formativo e, em um país desigual, com níveis altos de violência, comprometem a saúde e a segurança das crianças, que não a acessam. Os cortes orçamentários impactam nessa política incompleta. Só neste ano (2018), os gastos com a política educacional foram reduzidos em 32%. Neste processo, a educação infantil, em especial, tem sido drasticamente afetada, principalmente, nas instituições que têm por objetivo realizar o cuidado com crianças de 0 a 03 anos de idade – as creches. No contexto social em que vivemos, a creche assume um papel de extrema importância, pois, além de amparar, assegurar direitos (básicos e fundamentais) e dar suporte ao desenvolvimento intelectual da criança, essa instituição apoia famílias e mulheres trabalhadoras.

Em busca da conclusão queremos destacar que o golpe tem consolidado medidas contrarreformistas. Suas consequências introduzem um ciclo de desafios, regressões e atrocidades especialmente para os mais pobres.

2 - Conclusão

¹ O que não deveria ser normal, dado que todos os cidadãos deveriam poder exercer o direito à alimentação, sem nenhuma dificuldade ou condicionalidade.

Observando o significado do verbete golpe no dicionário da língua portuguesa (CALDAS AULETE, 2017). – *manobra artilosa; ação ou acontecimento súbito e imprevisto; usurpação violenta do governo de um país*. Consideramos que a última descrição seja a mais viável para classificar o ocorrido no Brasil, em agosto de 2016. As regressões em curso, pós golpe, são nefastas. Neste sentido, entendemos que os termos que melhor expressam a ação do atual governo são: sucateamento, desfinanciamento e desmonte da educação pública. Para melhor defini-las resgatamos o pensamento de Gaudêncio Frigotto quando este sinaliza que

Este processo profundamente regressivo indica que a sustentação dos lucros dos grandes grupos econômicos mundiais e seus sócios locais só podem ser mantidos mediante a doutrina do ajuste e da austeridade que se traduz pela ampliação da exploração do trabalhador, corte de direitos, difamação e desmanche do que é público e das políticas universais [...] (FRIGOTTO, 2017, p. 25).

Neste contexto de regressão e de consolidação da hegemonia capitalista é necessária uma postura de resistência e de luta frente a um projeto antidemocrático, contingenciador de recursos e privatista, que ataca as políticas públicas. É preciso defender direitos.

Ao longo do presente trabalho, atentamos aos inúmeros ataques sofridos pela educação pública, no decorrer do desgoverno ilegítimo materializado por Michel Temer. Em consequência, cresce o risco do aumento da pobreza no Brasil, sobretudo entre os que já são pobres. Os impactos que vislumbramos estão no campo da evasão escolar, da ampliação dos altos níveis de analfabetismo, na cesura ao pensamento crítico, na precarização do Ensino Médio na desqualificação da pesquisa e das graduações e no aumento das dificuldades no acesso à Educação Superior pública.

Diante deste cenário de contrarreformas, apenas se depositam esperanças no poder da organização popular. Desconfiamos do futuro próximo que é incerto como experiência democrática. Aliás, a democracia está em evidente escassez do cotidiano da vida social no Brasil. É preciso lutar por direitos, é preciso defender a educação pública em todos os seus níveis.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina, 2009.

BEHRING; Elaine; BOSCHETTI Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez; 2011. Capítulo V.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular BNCC**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CUNHA, Luis Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

ESTÁCIO de Sá demite 1,2 mil professores após reforma trabalhista. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940980-estacio-de-sa-demite-12-mil-professores-apos-reforma-trabalhista.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

FRIGOTTO, G (Org.). **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD, 2016**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1657>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações afirmativas: histórias e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

POLITIZE. **Como funciona o teto de gastos públicos?** Entenda a PEC 241/55. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2001

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SAVIANI, Demerval e DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico crítica: a luta de Classes da educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. De; EVANGELISTA, O. (Orgs.). **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TOKARNIA, M. Após corte de verba, CNPq tem recursos para pagar bolsas apenas até este mês. **EBC Agência Brasil**, edição 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/apos-corte-de-verbas-cnpq-tem-recursos-para-pagar-bolsas-atenas-ate-este>>.